

/ PALAVRA DO LEITOR

# Desassoreamento

O Programa Desassorear RS começou na quarta-feira (9) o estudo sobre as condições atuais do Guaíba (Jornal do Comércio, 08/07/2025). Dragagem para desassoreamento é remediar e não resolver. Assoreamento é causado por desmatamento e degradação ambiental ao longo dos rios que aqui desaguam. Estamos localizados no delta dos rios, local de depósito natural de sedimentos e assim se formaram as ilhas. Se especialistas tivessem sido escutados, a tragédia teria sido bem menor. Continuem negando a ciência e abraçando discursos simplistas que mais pessoas vão morrer. *(Wagner Medeiros)*

# Desassoreamento II

O assoreamento é uma das principais causas do aumento das águas. O rio, cheio de areia, invade mais áreas. Se o rio está dragado, a água flui melhor. *(Vilmar Trindade)*

# Desassoreamento III

Se realizarem um trabalho realmente sério no Guaíba, encontrarão mais lixo do que água - carcaças de carro, pneus, geladeiras, sofás, sacos plásticos. O Brasil tem uma educação ambiental que remete à época das caravelas. Não é tanto um problema político de “lado A ou B”, é cultural. Milhões de pessoas não sabem que o meio ambiente é a coisa mais importante em uma sociedade. Enquanto os homens discutem, a natureza age. *(Carlo Junior)*

# Educação

O Rio Grande do Sul pode ter mais de 34 mil alunos fora da sala de aula por conta das enchentes de 2024 (JC, 07/07/2025). O silêncio e a falta de ação do governo são inaceitáveis. Educação precisa ser prioridade, principalmente depois da maior tragédia da nossa história. Reconstruir o Rio Grande do Sul passa por garantir ensino com dignidade para todos. *(Gilvani Dalloglio)*

# Câmara de Vereadores

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre abriu processo para compra de carro constitucional (JC, 08/07/2025). Enquanto isso, a população tem a sua disposição um dos piores transportes públicos do País. *(Júlio Gomes)*

# Documentário

Documentário narra 12 anos de viagens de um pelotense a bordo de um Fusca (JC, 07/07/2025). Pessoas muito especiais sonham coisas muito especiais. E as mais especiais ainda realizam. *(Daniel Moreira)*

# Documentário II

Um sonho que muitos gostariam de realizar e não tiveram coragem. *(Susana Costa)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

# Plano Diretor: regras claras, cidade melhor

Germano Bremm

Em um País marcado por disputas judiciais sobre o uso do solo, a segurança jurídica no planejamento urbano é uma condição indispensável para que as cidades possam crescer de forma saudável, atrativa e equilibrada. Porto Alegre está dando um passo firme e decisivo nessa direção.

O novo Plano Diretor propõe uma transformação profunda na gestão urbana: promover a qualificação da legislação urbanística, tornando as normas mais objetivas, claras e previsíveis – o que significa menos margem para interpretações subjetivas e mais transparência nos processos, beneficiando o cidadão, o empreendedor, o técnico público e os órgãos de controle.

Pela primeira vez, o Plano Diretor se consolida como um instrumento estratégico e macroterritorial, definindo a visão de longo prazo e organizando o modelo de cidade, seus principais sistemas estruturantes e a estrutura urbana. Já os parâmetros de uso, ocupação e construção são detalhados em uma lei complementar específica: a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

A LUOS é a responsável por estabelecer as regras das 16 Zonas de Ordenamento Territorial (ZOTs), simplificando o cenário ao substituir mais de 200 zoneamentos anteriores. Essa transição garante coerência normativa ao consolidar e unificar a legislação, promove mais isonomia na aplicação das regras e resulta em menos disputas interpretativas,

oferecendo maior segurança jurídica para quem vive, constrói e investe na cidade.

Esse novo marco valoriza a técnica e o embaçamento em dados, qualifica a análise de projetos através de critérios claros e torna mais eficiente a aplicação dos instrumentos da política urbana, agilizando processos e decisões. Mais do que isso: resgata a confiança no planejamento urbano como ferramenta legítima para promover desenvolvimento econômico, atrair investimento qualificado e assegurar a justiça territorial.

No próximo dia 9 de agosto, às 10h, no Auditório Araújo Vianna, a população está convidada a participar da audiência pública final do novo Plano Diretor de Porto Alegre – a última etapa antes da remessa do projeto à Câmara de Vereadores.

A minuta completa está disponível para leitura e contribuições no site oficial: [prefeitura.poa.br/planodiretor](http://prefeitura.poa.br/planodiretor).

Regras claras constroem cidades sólidas. Participe dessa virada na história urbana de Porto Alegre.

*Secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade*

# Brasil: o parlamentarismo que já vivemos

Mateus Wesp

O Brasil experimenta, mais uma vez, uma de suas maiores ironias políticas: vive um parlamentarismo na prática, sem jamais tê-lo assumido na Constituição. A consequência negativa desta ironia é que esta realidade não nos leva à racionalidade de um modelo maduro de governabilidade, mas sim a uma versão confusa, sem responsabilização clara.

Hoje temos uma forma de governo que mistura a autocracia de um Executivo hipertrofiado – que concentra Estado, governo e administração numa só função – com uma aristocracia de toga, onde o Judiciário amplia suas funções e politiza o que deveria ser resolvido por quem tem voto. Fecha-se o quadro com uma demagogia parlamentar, que mostra força contra o Executivo, mas foge de decisões responsáveis e consequentes.

Nossos melhores juristas sempre alertaram: governo e parlamento devem coexistir sob o mesmo risco – se o governo não tem apoio, cai; se o parlamento bloqueia tudo, dissolve-se. Assim se protege a democracia e se evita a paralisia que alimenta aventuras autoritárias.

Os mesmos juristas também apontavam o risco

de concentrar chefia de Estado, chefia de governo e toda a máquina administrativa numa única figura. Tudo passa pela mesma caneta, mas nada se resolve sem um Congresso que negocia cada voto, muitas vezes sem assumir o custo político.

A degeneração institucional se completa quando cada poder ocupa o espaço do outro: o Executivo governa por decreto, o Parlamento executa o orçamento, o Judiciário legisla por decisão monocrática. O que deveria coexistir em sistema de contrapesos acaba envergando com o sobrepeso de quem grita mais.

O resultado é um sistema onde ninguém responde plenamente pelos custos do poder. O Executivo governa sem força, o parlamento governa sem ônus, o Judiciário governa sem voto. E a sociedade fica refém de crises fabricadas em Brasília.

É hora de encerrar a simulação. Se queremos um governo funcional em um Estado de bem-estar social, o caminho não passa mais pelo presidencialismo puro. Ou se assume de forma clara o parlamentarismo – com responsabilidade recíproca – ou se adota um semipresidencialismo realista, como ocorre na França e em Portugal: chefia de Estado forte, chefia de governo responsável perante o parlamento, voto de confiança e possibilidade de dissolução parlamentar quando necessário.

Entre um modelo e outro, o que não se pode mais sustentar é esse híbrido disfuncional – uma autocracia, uma aristocracia e uma demagogia, misturadas, que corroem a democracia.

*Doutor em Direito Público*

